

Maior de 1964: impeachment e cassação do governador fluminense

Badger da Silveira

Andressa Cristina de Miranda do Carmo *

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de impeachment e da cassação do governador fluminense Badger Teixeira da Silveira, em maio de 1964, tendo como recorte espacial e temporal a capital do antigo estado do Rio de Janeiro, Niterói, no período entre 1963-1964. As fontes utilizadas para a pesquisa foram os acervos dos arquivos das Polícias Políticas, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); os periódicos disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; entrevistas disponibilizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC); e o Fundo da Campanha da Mulher pela Democracia, que se encontra no Arquivo Nacional.

Palavras-chaves: Badger da Silveira. Estado do Rio de Janeiro. Niterói. Impeachment. Cassação.

Abstract: The present work aims to analyze the process of impeachment and cassation of the fluminense governor Badger Teixeira da Silveira, in May 1964, having as spatial and temporal clipping the capital of the former state of Rio de Janeiro, Niterói, in the period between 1963-1964. The sources used for the research were the collections of the archives of the Political Police, of the Public Archive of the State of Rio de Janeiro (APERJ); the periodicals available in the National Library's Digital Newsletters; interviews provided by the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC); and Women's Campaign Fund for democracy, in the National Archives.

Key words: Badger da Silveira. State of Rio de Janeiro. Niterói. Impeachment. Cassation.

Na cidade de Niterói, capital do antigo estado do Rio de Janeiro, o governador Badger da Silveira (1963-1964), membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi um importante aliado político do presidente João Goulart (1961-1964), sendo um dos oradores do simbólico comício da Central do Brasil, do dia 13 de março de 1964. Segundo o jornal **Última Hora**, Badger em seu discurso destacou que o estado do Rio colaboraria com o governo federal e

*Mestranda do programa de pós-graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF); contato: andressacmcaro@gmail.com

encerrou dizendo à Jango “que ninguém lhe arrancará das mãos a bandeira das reformas”¹, contudo se provou contrária essa afirmação de Silveira.

Badger tomou posse no dia 31/01/1963.² Até então Ministro do Tribunal de Contas do estado do Rio, tornou-se candidato do PTB³, para o governo do estado do Rio de Janeiro, nas eleições de 1962, após a morte trágica do seu irmão o ex-governador fluminense Roberto da Silveira (1959-1961)⁴.

O ex-chefe de Gabinete Civil dos governos dos irmãos Silveira, Jorge Loretti, destaca que Badger “deveria ser candidato para provocar uma certa ressurreição nos sonhos que tinham unido aquelas pessoas em torno do nosso chefe maior, que fora Roberto”⁵. Assim podemos observar que a campanha de Badger foi marcada por um imaginário saudosista e pela reivindicação da continuação do legado político de Roberto da Silveira. Mas também foi alvo de críticas e de descrença dos adversários políticos.

Devido às constantes críticas, no início de sua campanha Badger da Silveira consultou o Tribunal Superior Eleitoral para saber se sua candidatura ao governo do estado era legal, já que era parente consanguíneo de um ex-governador do estado do Rio. O TSE aprovou a candidatura.⁶

Durante sua campanha, Badger defendeu à necessidade de ser formar uma frente única contra os extremismos de direita e de esquerda. Já que, o Brasil se encontrava em um momento difícil, no qual a democracia estava sendo constantemente ameaçada por “grupos organizados tentando impor uma ditadura direitista ao País”.⁷

O Ministro Badger da Silveira venceu as eleições de 1962, no entanto, sua vitória foi contestada pelos seus concorrentes. Tenório Cavalcanti, candidato do Partido Social

¹ **Última Hora, Jango: Rever a Constituição para as reformas, 14/03/1964.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00334.0072. Edição 04304. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=98056>> Acesso em: 10/07/17

² **Tribuna da Imprensa, Badger assume o governo sem problemas, 01/02/1963.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02484.0172. Edição 02963 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&PagFis=12260> Acesso em: 29/06/2016

³ **Correio da manhã, Badger da Silveira será candidato, 28/04/1962.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00020.0171. Edição 21191 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&PagFis=28469> Acesso em: 29/06/2016

⁴ **O Fluminense, Todo o país deplora a morte de Roberto Silveira, 01/03/1961.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 23878 (2). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_10&PagFis=2473> Acesso em: 28/06/2016

⁵ FARIAS, Ignez Cordeiro de (Coord.). Jorge Loretti: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2001 (Conversando sobre política; v. 6). Pág. 111

⁶ **Jornal do Brasil. Badger foi registrado pelo TSE, 28/04/62.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00354.0072. Edição 00097 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=28179> Acesso em: 09/07/2016

⁷ **Jornal do Brasil. Candidato do PTB ao Ingá prega união dos democratas contra os dois extremismos, 02/06/1962.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02484.0172. Edição 00126 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=28317> Acesso em: 09/07/2016

Trabalhista (PST) à governador do estado do Rio, chegou a ameaçar à tomar posse do mandato pelo uso da força ou pela justiça eleitoral. Badger respondeu os protestos de Tenório dizendo que:

Nem me impressiono com as declarações de Tenório, pois eu sei que ele gosta muito é de publicidade, mesmo que seja na Polícia. E como sei disso – adiantou – é que calmamente continuo me preparando para assumir o Governo e dar prosseguimento à obra administrativa iniciada pelo meu irmão Roberto.⁸

Apesar disso, observaremos que o mandato de Badger da Silveira não durou muito depois de eclodir o movimento civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, em março de 1964. Após o golpe, “grupos de pressão”⁹ começam a se organizar e a reivindicar a saída de Badger do governo, dentre eles, estão algumas entidades cívicas femininas, sendo assim, é de suma importância entendermos essas organizações femininas e sua postura política.

1. “Belas, recatadas e do lar”: as entidades cívicas femininas entre 1962-1964¹⁰

As organizações femininas das direitas desempenharam um papel importante na mobilização da sociedade civil contra o governo Goulart. Elas surgiram no período entre 1962-1964, momento de intensa polarização política. Dentre as entidades criadas estão: a União Cívica Feminina (UCF), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), a Cruzada Democrática Feminina (CDF) e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), entre outras.

René Dreifuss, defende que uma das maiores realizações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais foi a “descoberta” das organizações femininas, uma vez que, as mesmas foram importantes máquinas de propaganda anticomunista e tiveram o papel de movimentar a classe média, a qual não possuía histórico de se mobilizar politicamente nas ruas. De acordo com Dreifuss, a participação política feminina foi uma jogada estratégica do IPES para

⁸ **Tribuna da Imprensa, Badger será o 6º governador em 5 anos: Tenório ameaça tomar posse até pela força, 21/01/1963.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02484.0172. Edição 02953 (1). Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&PagFis=12140> Acesso em: 29/06/2016

⁹ “Entendemos por pressão a atividade de um conjunto de indivíduos que unidos por motivações comuns buscam, através do uso de sanções ou da ameaça de uso delas, influenciar sobre decisões que são tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades, seja a fim de conservá-la frente às ameaças de intervenção de outros grupos ou do próprio poder político.” PASQUINO, Gianfranco. Teoria dos Grupos e Grupos de Pressão IN: BOBBIO, Norberto. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (COORD.). Elites, grupos de pressão e mudança política. Brasília: Universidade de Brasília, 1984. Pág.18

¹⁰ CARMO, Andressa Cristina de Miranda do. Entidades cívicas femininas e o impeachment do governador fluminense Badger da Silveira. (Trabalho de Conclusão) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

conquistar uma “nova clientela política”, a classe média. “[...] a mobilização das classes médias era sobretudo uma campanha ofensiva, projetada para acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar a aparência de um apelo popular às Forças Armadas para uma intervenção militar.”¹¹

O autor também destaca que essas entidades tiveram apoio financeiro, político e administrativo de associados e ativistas ipesianos, principalmente, a Campanha de Educação Cívica (CEC), criada em 1963, pelo IPES com a finalidade desenvolver o “despertar da consciência cívica da nação”¹², em nível nacional.

Todavia, devemos nos atentar ao fato de que essas mulheres só se organizaram politicamente, uma vez que se identificaram com os valores propagados pelas instituições que se vincularam.¹³ Contrariando, assim, a ideia de terem sido apenas “massas de manobra” nas mãos dos ipesianos e da igreja, mas que elas foram atrizes políticas fundamentais na militância de direita conservadora e anticomunista. Segundo D. Maria Helena Câmara, vice-presidente da CAMDE: “A preservação dos valores morais que garantem a integridade da família e do lar é que levou a mulher a fundar entidades cívicas como as que estão, hoje, aqui representadas”.¹⁴

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, no Brasil há uma enraizada tradição anticomunista, sobretudo, entre os períodos de 1935/1937¹⁵ e de 1961/1964¹⁶. Esse temor a “ameaça comunista” cresceu substancialmente com a posse de João Goulart. Visto que, o presidente detinha um capital político¹⁷ herdado do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1964), no qual foi Ministro do Trabalho. E também sua ligação com Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul (1958-1962) e deputado federal pela Guanabara (1963-1964), o qual foi uma importante liderança política durante a Campanha da Legalidade que garantiu a manutenção do mandato presidencial de Goulart e desestruturou a tentativa de

¹¹DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 291

¹²Idem, p. 295

¹³CORDEIRO, Janaína Martins. Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

¹⁴Discurso pronunciado por D. Maria Helena da Gama Câmara, 2ª Vice-Presidente da CAMDE, durante o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia. Arquivo Nacional. Multinível - Fundo CAMDE. Relatórios da CAMDE. p. 35.

¹⁵MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A primeira “onda” anticomunista: 1935/37. IN: Em guarda contra o “perigo vermelho”. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 224-285.

¹⁶MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O segundo grande surto anticomunista: 1961/64. IN: Em guarda contra o “perigo vermelho”. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 286-341.

¹⁷Para saber mais: BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. IN: _____. O poder simbólico. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

golpe militar, em 1961; e foi responsável pela formação da organização de esquerda, Frente de Mobilização Popular (FMP) e pela criação dos Grupos de Onze Companheiros os quais buscavam a concretização das reformas de base propostas por Goulart.¹⁸

Nesse contexto de polarização política e ideológica, Motta ressalta que a organizada atuação política de mulheres das direitas era uma inovação, contudo, as ideias defendidas pelas entidades já eram comuns no discurso anticomunista brasileiro, enfatizando: a família, a religião e a propriedade. Por último, ele destaca o papel simbólico que essas mulheres tiveram como representantes do lar e da família na mobilização civil a favor do golpe de 1964.

Segundo Solange Simões, essas senhoras desconstroem a tradicional posição das mulheres, das classes média e alta, na política, sendo essa caracterizada por um papel passivo e por uma “internalização pelas mulheres da desvalorização do seu papel político”.¹⁹ Para Amélia Bastos, fundadora da CAMDE:

A mulher, por sua vez, agente catalizador por excelência, que ora através do marido, ora através dos filhos, vai tomando conhecimento do que se passa nas escolas, nos escritórios, nas ruas, nos clubes, nas associações de classe, percebe o significado da mudança enorme por que está passando o mundo e não pode ficar omissa. Não abdica de suas obrigações para com o lar, base da sociedade; conserva intacta a relação entre o marido e mulher, entre mãe e filho. Reconhece, porém, terem passado as obrigações femininas por uma transformação, não em seu conteúdo, mas na maneira de serem exercidas.²⁰

Dito isso, as mulheres que formaram essas organizações femininas agiram a partir de uma relação paradoxal, pois ao passo que no âmbito público atuaram como agentes políticas na “linha de frente” da mobilização popular contra o comunismo, elas manifestaram-se politicamente enfatizando suas raízes como mulheres do lar, a partir de seus papéis como filhas, mães e esposas, uma vez que, toda sua luta é legitimada por um discurso de âmbito privado o qual exaltava a luta em prol da manutenção de suas famílias e de todas famílias brasileiras contra a ameaça da “comunização” do Brasil.²¹

Essas entidades foram em grande parte responsáveis pela organização das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, com o apoio, especialmente, de grupos da Igreja

¹⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES. Ângela de Castro. 1964: O golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁹ SIMÕES, Solange de Deus. DEUS PÁTRIA E FAMÍLIA: As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 14

²⁰ Discurso pronunciado por D. Maria Helena da Gama Câmara, 2ª Vice-Presidente da CAMDE, durante o I Congresso Sul-Americano da Mulher em Defesa da Democracia. Arquivo Nacional. Multinível - Fundo CAMDE. Relatórios da CAMDE. Pág. 35

²¹ SIMÕES, Solange de Deus. op. cit.

católica e do grupo empresarial IPES. A primeira marcha foi organizada pela UCF, pelo Movimento de Arregimentação Feminina, com o apoio do governador paulista Ademar de Barros (1963-1965). A manifestação tomou às ruas da grande São Paulo, no dia 19 de março, data essa extremamente simbólica, pois comemora-se o dia de São José, padroeiro da família. A marcha paulista foi uma resposta ao emblemático comício de 13 de março de 1964.²²

No estado da Guanabara, a CAMDE e outros grupos civis organizaram a manifestação que ficou conhecida como a “Marcha da Vitória”, uma vez que, foi realizada no dia 02 de abril de 1964, após o movimento civil-militar retirar Jango da presidência. Conforme Aline Presot, as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” espalharam-se por todo o Brasil após o golpe.²³

Em suma, as entidades cívicas femininas atuaram como importantes “grupos de pressão” das direitas, não só na deposição de Goulart, mas também durante o processo de radicalização política contra o governador fluminense Badger da Silveira que culminou no impeachment e na cassação do petebista, em maio de 1964.

2. Grupos de pressão no processo de radicalização política contra o governador Badger da Silveira

No dia primeiro de abril de 1964, após fazer um pronunciamento a favor de Jango e contra o golpe, na “Rede da Legalidade”²⁴, na Rádio Nacional²⁵, Badger da Silveira foi preso no Palácio do Ingá por membros do autointitulado “Comando Revolucionário Civil de 64”, chefiado, segundo o **Jornal do Brasil**, pelo tabelião Antônio Schueler.²⁶

Após recusar a intimação de renúncia do cargo de governador, Badger e sua esposa foram retirados do Palácio do Ingá sob escolta de soldados e levados para a Diretoria do

²²SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

²³ PRESOT, Aline Alves. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

²⁴ Segundo os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, Leonel Brizola reeditou a Rede da Legalidade, formando novamente uma cadeia de rádios defendendo o governo de Goulart e a democracia, durante o golpe de 1964. (2014, pág. 357)

²⁵ **Jornal do Brasil, Duvidosa ainda a permanência de Badger à frente do Governo, 05/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00354.0072. Edição 00080 (4). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51683> Acesso 20/06/16

²⁶ **Jornal do Brasil, Estado do Rio nega que o levante da PM fosse para depor Paulo Torres, 29/12/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00354.0072. Edição 00306 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=62720> Acesso em: 15/06/2016

Arsenal da Marinha.²⁷ Schueler durante vinte quatro horas auto intitulou-se Interventor do estado do Rio.²⁸

O Sr. Badger foi prêso no momento em que seus assessores transmitiam por telefone notícias aos jornais desmentindo que o Vice-Governador João Batista da Costa assumiria o Governo, e informando que o General Oromar Osório, no comando da 1ª DI, em comunicação pessoal com o Sr. Badger Silveira, havia-lhe comunicado que o considerava o titular legítimo do Governo do Estado. Informaram também os assessores que o general Oromar Osório afirmou não haver realmente ordem de comando militar no Estado do Rio naquele sentido e que desautorizava qualquer tentativa para substituí-lo.²⁹

Depois de 15 horas preso na Escola Naval, o governador Badger da Silveira foi solto e retornou às suas atividades no Palácio do Ingá, acompanhado do novo Comandante da 1ª Infantaria Divisionária, General Manuel Rodrigues Lisboa. Segundo reportagem do periódico **Jornal do Brasil**, do dia 03/04/64:

Os Secretários de Energia, Heleno Nunes, e Agricultura, Atanagildo Ferraz, informaram que a permanência do Sr. Badger da Silveira à frente do Governo do Estado foi garantida por sua posição anticomunista demonstrada por diversas vezes, dentre elas, quando discordou da posição adotada pelo Deputado Leonel Brizola, durante a Convenção Nacional do PTB, e quando condenou o manifesto lançado pela CGT, após o discurso que o senhor ex-presidente João Goulart fêz para os sargentos, na Guanabara.³⁰

Como podemos observar o retorno do governador petebista só foi possível depois que o mesmo assegurou as Forças Armadas de que não estava vinculado às ideias comunistas e de aceitar as exigências de agentes militares ligados ao golpe civil-militar de 1964, como passar a Secretaria de Segurança ao Coronel Hugo de Sá Campello Filho, por determinação do Ministério da Guerra.³¹ Contudo, veremos que o governo Badger durou apenas um mês após essa primeira prisão. Logo depois de sua liberação, já estava sendo proposta pela bancada da União Democrática Nacional (UDN) na Assembleia Legislativa Fluminense, a abertura do

²⁷ **Jornal do Brasil, Badger prêso em Palácio, 02/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00354.0072. Edição 00077 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51610> Acesso em: 15/06/2016

²⁸ **Jornal do Brasil, Estado do Rio nega que o levante da PM fosse para depor Paulo Torres, 29/12/64.**

²⁹ Idem.

³⁰ **Jornal do Brasil. Badger reassume o Governo depois de 15 horas de prisão, 03/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00354.0072. Edição 00078 (3). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51624> Acesso em: 15/06/16

³¹ **Jornal do Brasil, Badger afirma que sua luta continua a mesma, 05/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00080 (4). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51666> Acesso 20/06/16

processo de impeachment contra o mandato de Silveira.³² Em vista disso, o PTB mobilizou suas forças na Assembleia para evitar o impedimento de Badger:

Para evitar a medida e não querendo ser colhido de surpresa, o PTB, através dos seus 15 representantes, está em vigília [...]. Os deputados se revezam e cada um deles fica acordado duas horas. O PSD voltou a reafirmar, pela palavra de seu líder, Deputado Togo de Barros, que é contrário ao *impeachment* e não vê necessidade da medida, alegando que o Sr. Badger Silveira nunca foi comunista, “como a UDN pretende caracterizá-lo”.³³

O governador visando atenuar as denúncias feitas por udenistas contra sua postura política trabalhista, libera através da assessoria do Palácio do Ingá a seguinte nota oficial, no dia 08/04/64:

O Governador Badger Silveira, com o propósito de evitar quaisquer explorações de sua posição política, passada e futura esclarece: Manifestou-se sempre a favor das reformas, inconformado como os políticos brasileiros de todas as correntes e partidos, com a estrutura social injusta e desumana. Entendeu, em todos os momentos de sua pregação, que elas deveriam executar dentro da lei, da ordem, da paz e da democracia, jamais como veículos de comunização, mas sim como medidas capazes de evitar justamente processos antidemocráticos, que permitissem condições sociais para conflagrações revolucionárias extremistas. [...] Coerente com esses princípios se mantém e os propugna, convicto de que o povo não quer o comunismo, mas democracia em suas formas mais puras e mais elevadas. De acordo com os recursos que dispunha, na eventualidade histórica, combateu a comunização da Pátria, como comprovam os reiterados ataques recebidos na campanha eleitoral, quando recusou o apoio de comunistas, e posteriormente dos representantes dos vermelhos na Assembléia Legislativa. Reafirma como sempre seu propósito de lutar, em linha de absoluta coerência política com os eu passado e sua vida de homem público, e em paz com sua consciência, no sentido de colocar o Partido Trabalhista Brasileiro, de acordo coma pregação do Presidente Vargas, na posição que deve caber ao mesmo, no quadro nacional, de partido democrata e anti-comunista, escoadouro legítimo das aspirações justas e patrióticas dos trabalhadores do Brasil.³⁴

Vemos, portanto, que após o golpe civil-militar o governador fluminense buscou reforçar seu legado político anticomunista, resgatando a imagem de Vargas, durante o governo democrático, para legitimar-se como defensor da democracia e opositor das ideias

³² **Jornal do Brasil, Assembléia Legislativa sob custódia de tropas, 04/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00079 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51643> Acesso 20/06/16

³³ **Jornal do Brasil, Batista da Costa continua articulando o impedimento do Governador fluminense, 05/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00080 (4). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51677> Acesso em: 20/06/16

³⁴ **Jornal do Brasil, Badger desfaz explorações, 09/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00083 (3). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51818> Acesso em: 20/06/16

comunistas. Nesse último mês de governo, Badger mobilizou suas forças políticas para manutenção de seu mandato ameaçado pelas propostas de impeachment as quais num primeiro momento foram barradas com o apoio do Partido Social Democrático (PSD).

Além disso, durante sua permanência no governo após o golpe, Badger dialogou com as forças golpistas, parabenizando³⁵ e comparecendo à posse do general-ditador Humberto Castelo Branco em Brasília³⁶ e aceitando o convite do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, para participar das comemorações do feriado de Tiradentes, em Ouro Preto, comemoração que também contou com a presença de Castelo Branco.³⁷ De acordo com Jorge Loretti, ele e Badger se encontraram com Castelo Branco e com Costa e Silva em Brasília e foram assegurados por Castelo que “o regime respeitaria a Constituição” e que Costa e Silva afirmou “que não havia nada contra Badger, que a Revolução ainda estava se estruturando”.³⁸

Paralelamente a essa interface entre Badger e os perpetuadores do golpe, as mulheres fluminenses anticomunistas começaram a se organizar contra a permanência de Silveira no governo do estado do Rio. A entidade Liga Democrática Feminina Fluminense distribuiu um manifesto no qual acusava Badger da Silveira de manter relações com “elementos comunistas” e de ter mandado prender o padre Menceslau Valenkiewez³⁹, membro do Comando Revolucionário Civil.⁴⁰ Assim sendo, membros da igreja, as mulheres fluminenses das direitas e os membros desse autointitulado “comando revolucionário” tinham relações entre si, porque em 1966, fiéis da Igreja Nossa Senhora de Fátima, do bairro São Gonçalo, em Niterói, carregavam uma faixa com os seguintes dizeres “Liga Feminina Fluminense – Schueler e Padre Menceslau”, saudando o General Costa e Silva.⁴¹

Por sua vez, a LDFF se opôs a organizar à Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Niterói, até a saída de Badger do governo estadual ser concretizada. Além

³⁵ **Última hora, Badger (firme no Ingá) felicita Castelo Branco, 13/04/1964.** Cód.: TRB00334.0072. Edição 01275. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=98931>> Acesso em: 13/04/17

³⁶ **Última hora, Badger vai a posse de Castelo Branco, 14/04/1964.** Cód.: TRB00334.0072. Edição 01276. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=98981>> Acesso em: 13/04/17

³⁷ **Última hora, Estado do Rio: Badger, 23/04/1964.** Cód.: TRB00334.0072. Edição 01282. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=99258>> Acesso em: 13/04/17

³⁸ FARIAS, 2001, pág. 123

³⁹ **Tribuna da Imprensa, Liga Feminina Exige: Interventor Federal, 17/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02484.0172. Edição 04327. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&PagFis=16048> Acesso em: 30/05/2016

⁴⁰ **Jornal do Brasil, Consagração encerra amanhã festa iniciada dia 18 em louvor de N. S. das Graças, 26/11/67.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00354.0072. Edição 00201 (1). Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=107659> Acesso em: 04/07/16

⁴¹ **Tribuna da Imprensa, Costa e Silva: Voltei mais Candidato, 18/02/66.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02484.0172. Edição 04890 (1). Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&PagFis=23655> Acesso em: 22/06/16

disso, o manifesto convocava as mulheres “revolucionárias de 64” a se mobilizarem contra Badger:

Pedimos a colaboração de todos os setores democráticos femininos do Brasil, para auxiliarem esta nossa luta, que não haverá de terminar, até vermos a aplicação da Revolução vitoriosa no Estado do Rio, para o que pedimos a imediata Intervenção Federal, de acordo com o Ato Institucional. Nêste sentido estamos enviando as nossas irmãs brasileiras democráticas, membros femininos de nossa liga, para o apoio precioso, contando desde vários dias com a CAMDE, que inclusive já esteve com o Ministro de Guerra, pedindo tal medida. Solicitamos que enviem telegramas aos srs. Presidente da República, ministros das Fôrças Armadas e presidente do Conselho Nacional de Segurança.⁴²

Segundo o *Última Hora*, a CAMDE entregou duas listas ao chefe do Gabinete do Ministro de Guerra, General Sizen Sarmento, reivindicando a cassação de vários políticos fluminenses. O jornal também destaca que “Um padre de Fátima, Niterói, também foi ao Gabinete do Ministro com várias paroquianas, ‘mostrar preocupação pela situação política’ e exigir ‘vigilância sobre Badger’”.⁴³ Com as informações que temos até o momento, podemos inferir que esse “padre de Fátima” era o padre Menceslau Valiukevicius, fundador do Instituto das Irmãs Missionárias de Nossa Senhora de Fátima, em 1964. “Conforme a indicação do fundador, o fim específico e natural do instituto é o combate ao materialismo ateu, nas suas variadas formas, perpetuando as exortações da Virgem Maria aos videntes de Fátima.”⁴⁴

Diante disso, a UDN fluminense, capitalizando as ações das entidades cívicas femininas anticomunistas, continuou forçando a abertura do processo de impedimento do governador petebista, lastimando:

[...] que a tranquilidade pública restabelecida em todo território nacional não tenha ainda atingido o Estado do Rio de Janeiro em face da permanência à frente do Executivo estadual do R. Badger da Silveira, comprovadamente comprometido com a infiltração comunista e com o movimento subversivo estimulado pelo presidente deposto.⁴⁵

⁴² **Tribuna da Imprensa, Liga Feminina Exige: Interventor Federal, 17/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02484.0172. Edição 04327. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&PagFis=16048> Acesso em: 30/05/2016

⁴³ **Última Hora, As senhoras com listas, 15/04/1964.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00334.0072. Edição 01277. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98994>> Acesso em: 24/04/17

⁴⁴ Segundo reportagem da Diocese Leiria-Fátima. Disponível em: < http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9673:irmas-missionarias-de-nossa-senhora-de-fatima&catid=79&Itemid=671> Acesso em: 09/07/1964

⁴⁵ **Jornal do Brasil, UDN do Est. do Rio dá seu apoio à revolução, 21/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00093 (5). Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52288> Acesso em: 20/06/16

Foi nessa conjuntura que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi realizada em Niterói, no dia 23/04/64, a mesma foi organizada pela Igreja da Divina Providência, com a participação do Arcebispo D. Antônio de Almeida Morais Júnior.⁴⁶ Anteriormente, o Arcebispo tinha feito parte da comitiva que acompanhou Badger na posse de Castelo Branco, em Brasília.⁴⁷

Segundo Mariette Sineuau, os conservadorismos político e religioso estão intrinsicamente ligados em países majoritariamente católicos e seus ideais são representados, em sua maioria, em partidos de direita. A autora aponta que as mulheres, principalmente, idosas eram recrutadas por membros desses partidos para disseminarem o anticomunismo.⁴⁸ Assim sendo, aproveitamos para destacar o papel ideológico de membros da igreja na construção do imaginário anticomunista das organizações femininas, como o padre Menceslau Valiukevicius e o primeiro Arcebispo de Niterói⁴⁹ D. Antônio de Almeida Morais Júnior. Os ideais pregados por essas senhoras das direitas estavam relacionados com o pensamento compartilhado, pelas igrejas as quais eram ligadas.

No dia seguinte à marcha niteroiense, foi realizada a reunião de fundação oficial da CAMDE-Niterói, a qual também contou com a presença de D. Antônio.⁵⁰ A presidente da secção niteroiense era a senhora Maria José de Souza Cid⁵¹, professora da rede pública de ensino do estado do Rio. Em síntese, no momento de sua fundação, o principal objetivo da CAMDE-Niterói, era destituir o governador Badger da Silveira do seu cargo e colocar em prática a “Revolução de 1964” na capital do antigo estado do Rio de Janeiro, Niterói.

3. Impeachment e cassação do governador fluminense

No dia primeiro de maio de 1964, a abertura do processo de impeachment de Badger foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o **Jornal do Brasil**, o estopim para o pedido de impedimento de Badger ser aceito, foi o

⁴⁶ **Jornal do Brasil, Vinte mil pessoas vão à Marcha da Família realizada em Niterói, 24/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00096 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52400> Acesso em: 20/06/16

⁴⁷ **Última Hora, Badger hoje em Brasília: Muda secretariado na volta, 15/04/1964.** Cód.: TRB00334.0072. Edição 01277. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/386030/99032>> Acesso em: 12/08/17

⁴⁸ SINEAU, Mariette. IN: DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente: Século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991

⁴⁹ **Correio da manhã, Gôverno e povo nas manifestações ao primeiro arcebispo de Niterói, 23/08/1960.** Cód.: TRB00020.0171. Edição 20678 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/8944> Acesso em: 12/08/2017

⁵⁰ **Jornal do Brasil, Vinte mil pessoas vão à Marcha da Família realizada em Niterói, 24/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00096 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52400> Acesso em: 20/06/16

⁵¹ **Idem**

desentendimento do governador com o Comandante da 1ª Infantaria Divisionária, General Manuel Rodrigues Lisboa. A rixa foi causada, porque o comandante da ID-1 indicou o Major do Exército José Bismarck de Sousa para assumir o comando da Polícia Militar fluminense, mas o governador vetou a indicação.⁵² Segundo o jornal **Diário Carioca**, Badger não aceitou a indicação, porque Bismarck de Sousa era membro do Comando Revolucionário Civil e foi um dos oficiais que o prendeu no início de abril.⁵³

Constatamos, dessa forma, que o cargo de governador do estado do Rio estava assegurado para Badger até o ponto que ele cumprisse as exigências do novo governo golpista, mesmo com as pressões civis das entidades cívicas femininas e da UDN as quais batalhavam para que as resoluções da “revolução de 64” também fossem aplicadas à Badger. Só após o governador contrariar as ordens do General Manuel Lisboa, que o seu impeachment passou na Assembleia Legislativa.

Em um mês, o Palácio do Ingá foi cercado novamente por militares e Badger da Silveira foi deposto do cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. Através do Ato Institucional I, que previa a cassação de mandatos políticos considerados subversivos⁵⁴, Silveira foi cassado por dez anos e perdeu seus direitos políticos.

Badger passou quatro horas e meia, em sua residência em São Francisco, sob custódia do Exército, depondo para o Inquérito Policial Militar.⁵⁵ Segundo o **Jornal do Brasil**:

os Srs. Badger Silveira e João Batista da Costa acusavam-se mutuamente de comunistas, comprometidos com as esquerdas, o primeiro fazendo profissão de fé democrática e anticomunista, acusando o Vice-governador de ter recebido, na sua campanha, o apoio dos comunistas; o segundo, denunciando as ligações do Governador do Estado com o Gôverno deposto, incentivando a votação do seu impedimento e responsabilizando-o através do noticiário, pelos materiais subversivos apreendidos no Estado. Acabaram ambos envolvidos através da imprensa, como beneficiários do dinheiro estrangeiro destinado à subversão, o que apressaram em esclarecer, desmentindo e negando, e ameaçados, os dois de impedimento.⁵⁶

⁵² **Jornal do Brasil, Assembléia fluminense vota impedimento de Badger, 01/05/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00102 (3). Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52674> Acesso em: 20/06/2016

⁵³ **Diário Carioca, Badger: “Cair de pé”, 01/05/1964.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00322.0072. Edição 11079. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/093092_05/16486> Acesso em: 15/05/2017

⁵⁴ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>

⁵⁵ **Jornal do Brasil, Cinco militares cotados para o Palácio do Ingá, 04/05/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00103 (5). Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52712> Acesso em: 20/06/2016

⁵⁶ **Jornal do Brasil, Ato Institucional acabou com lutas políticas fluminenses, 12/04/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB00354.0072. Edição 00086 (1). Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=51922> Acesso em: 20/06/2016

Essa disputa entre o governador petebista e o vice udenista acabou levando o impedimento de ambos, pois o vice-governador João Batista da Costa também foi impedido de assumir o governo estadual⁵⁷, pois foi acusado de ter ligações com o governo Goulart. Assim, assumindo provisoriamente o Deputado Cordolino Ambrósio, presidente da Assembleia Legislativa Fluminense.⁵⁸ A partir de votação indireta, o General Paulo Francisco Torres (1964-1966) foi nomeado governador do estado do Rio, com o apoio dos partidos PSD e UDN.⁵⁹

Paulo Torres era irmão de Alberto Torres, dono do jornal “O Fluminense” e político da UDN. O periódico sob a direção de Alberto fez duras críticas ao governo Badger da Silveira e ao governo Goulart, além de que:

O Fluminense afirmou em editorial que “ou as forças armadas agiam rapidamente ou seriam dissolvidas e substituídas por milícias no melhor estilo cubano”. O jornal apoiou, dessa forma, o movimento militar de 31 de março de 1964, e manteve-se favorável ao regime então instituído.⁶⁰

Após a deposição de Badger da Silveira, as marchas da Família com Deus pela Liberdade se espalharam pela capital fluminense comemorando a vitória plena da “Revolução de 64”, representada na figura do novo governador fluminense, o General Paulo Torres, o qual juntamente com sua família compareceu as marchas.⁶¹

Dois meses depois do impeachment e da cassação dos direitos políticos de Badger, o jornal **Tribuna da Imprensa** publicou um dossiê sobre o ex-governador.⁶² Dentre as acusações do dossiê estão: Incitação da greve dos marítimos do Grupo Carreteiro que levou a eclosão da Revolta das Barcas, em 1953; Posse ilegal do governo fluminense devido à

⁵⁷ **Jornal do Brasil, Vice impedido vem ao rio informar o PSD, 03/05/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00103 (5). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52716> Acesso em: 20/06/2016

⁵⁸ **Jornal do Brasil, Cansaço de Badger não o deixa sair à janela, 03/05/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00103 (5). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52716> Acesso em: 20/06/2016

⁵⁹ **Jornal do Brasil, Torres assume sozinho, 06/05/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00105 (2). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=52860>. Acesso em: 20/06/2016

⁶⁰ Verbete O Fluminense. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FLUMINENSE,%20O.pdf>> Acesso em: 10/04/2017

⁶¹ **Jornal do Brasil, Marcha com Deus é também por Torres, 10/05/64.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cód.: TRB02437.0172. Edição 00109 (1). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=53011> Acesso em: 20/06/16

⁶² Lei nº 1.802, de janeiro de 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm>

consanguinidade com o ex-governador falecido Roberto Silveira; Beneficiamento e corrupção através do jogo do bicho;⁶³

Comparecimento e apoio ao comício subversivo de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, incentivando o povo fluminense a comparecer em massa, inclusive fornecendo transportes em veículos do Estado e das barcas e decretando ponto facultativo nas repartições estaduais. [...] Atuação, decida, contra o movimento revolucionário de 31 de março de 64, discursando através da chamada “rede da legalidade” de propriedade do sr. Leonel Brizola, chamando vários militares de “gorilas”.⁶⁴

Vemos, portanto, que grupos anticomunistas após o golpe criaram um imaginário entorno da figura do ex-governador fluminense, sendo apontado pelo jornal **Tribuna da Imprensa** como “rico, amigo de Goulart e agitador comunista”. Todavia, após seus direitos políticos serem cassados, Badger se afastou da vida pública. Em suma, podemos observar a agência política das entidades cívicas femininas, as quais juntamente com outros grupos ideológicos, Igreja, UDN e o Comando Revolucionário Civil, atuaram como agentes radicalizadores contra o governo Badger da Silveira.

Conclusão

Badger da Silveira não foi o único governador a ser deposto do cargo após o golpe civil-militar de 1964, dentre alguns estão: o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PST, 1963-1964)⁶⁵, o governador de Sergipe, Seixas Dória (UDN, 1963-1964)⁶⁶ e o governador de Goiás, Mauro Borges (PSD, 1961-1964)⁶⁷. No entanto, Badger foi o último governo democraticamente eleito do antigo estado do Rio de Janeiro, visto que, durante a ditadura civil-militar, no governo do ditador-general Ernesto Geisel (1974-1979), efetiva-se a fusão do

⁶³ **Tribuna da Imprensa, Dossiê mostra Badger rico, amigo de Jango e agitador comunista, 06/07/64.** Arquivo Nacional. Multinível - Fundo CAMDE. Cartão, textos e recortes de jornais sobre subversão, especialmente no governo de João Goulart III, pág. 7

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Ver mais: BURGOS, Jéssica Oliveira de. “Primeiro de Abril de 1964: a passeata estudantil contra a deposição do governador Miguel Arraes”. In: VI Encontro Cultura e Memória, 2014. Recife: Cadernos de Resumos do VI Encontro Cultura e Memória: Golpe de 1964: Cultura e Memória. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014; SANTOS, Thayana Oliveira. ‘Quase sem dar um tiro?’: a resistência ao golpe de 1964 em Pernambuco. Revista Convergência Crítica, v. 1, p. 31-41, 2015

⁶⁶ Para saber mais: DANTAS, Ibarê. A Tutela Militar em Sergipe 1964-1984: Partidos e Eleições num Estado Autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; CARDOSO, Célia Castro 1964 em Sergipe: política e repressão. In: Maria de Lourdes Mônaco Janotti; José Miguel Arias Neto. (Org.). Democracia e Autoritarismo: estratégias e táticas políticas. 1ed. Vinhedo - SP: Horizonte, 2015

⁶⁷ Ver mais: OUZA, Dalva Maria Borges de. O golpe em Goiás. In: SOUZA, Dalva Maria Borges de (Org.). Goiás: Sociedade e Estado, Goiânia, Cãnone Editorial, 2004; MACIEL, David. A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a Ditadura Militar. Opsi, v. 14, p. 359-377, 2014; FÁVARO, Tereza Cristina Pires. O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista. (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, UFG, 2015.

estado do Rio com o estado da Guanabara, levando às configurações políticas e administrativas as quais vemos hoje.⁶⁸

Deste modo, Niterói deixou de ser a capital do estado e tornou-se um município do novo estado do Rio de Janeiro, no qual a capital ficou na antiga região do estado da Guanabara, consolidando a política carioca frente à política fluminense e comprovando o receio de parte da população fluminense, principalmente, políticos e empresários, que enxergavam a fusão como uma ceifadora de liberdade política e econômica, respectivamente.⁶⁹

Conforme os historiadores Marieta Ferreira e Mário Grynszpan⁷⁰, a discussão sobre a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar não se deu sem alterações, posto que essa ideia remontava desde a Proclamação da República. A criação do estado da Guanabara na década de 1960 atenua as discussões sobre a fusão, contudo, o debate retorna no início dos anos de 1970, alegando “que a fusão traria progresso e bem-estar não apenas para as populações dos dois estados, mas também em nível nacional, através da criação de um novo polo dinâmico de desenvolvimento”.⁷¹ Por fim, a fusão foi aprovada e sancionada através da Lei Complementar nº 20, de julho de 1974.⁷²

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ):

Arquivo Polícias Políticas (POL) – Badger da Silveira;

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

FARIAS, Ignez Cordeiro de (Coord.). Jorge Loretti: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2001 (Conversando sobre política; v. 6);

Arquivo Nacional:

Fundo Campanha da Mulher pela Democracia;

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

Correio da Manhã;
Diário Carioca;

⁶⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói Poder: a cidade como centro político. IN: MARTINS, Ismênia; KNAUSS, P. (Orgs). Cidade Múltipla: temas de História de Niterói. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997. P. 73-100.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes; GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? Revista Brasileira de História, São Paulo, v.14, nº 28, 1994.

⁷¹ FERREIRA; GRYNSZPAN, 1994.

⁷² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp20.htm

Jornal do Brasil;
O Fluminense;
Tribuna da Imprensa;
Última Hora;

Referências bibliográficas:

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: a ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CARMO, Andressa Cristina de Miranda do. Entidades cívicas femininas e o impeachment do governador fluminense Badger da Silveira. (Trabalho de Conclusão) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- CORDEIRO, Janaína Martins. Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: O golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói Poder: a cidade como centro político. IN: MARTINS, Ismênia; KNAUSS (orgs). Cidade Múltipla: temas de História de Niterói. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997. p. 73-100
- FERREIRA, Marieta de Moraes; GRZYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? Revista Brasileira de História, São Paulo, v.14, nº 28, 1994. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/526.pdf> Acesso em: 30/05/2016
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- PASQUINO, Gianfranco. Teoria dos Grupos e Grupos de Pressão. IN: BOBBIO, Norberto. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (COORD.). Elites, grupos de pressão e mudança política. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.
- PRESOT, Aline Alves. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SIMÕES, Solange de Deus. DEUS PÁTRIA E FAMÍLIA: As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.